



Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

**Relatório de Discussão e Votação, na especialidade,
da Proposta de Lei n.º 262/XII/4.ª (GOV)**

Transpõe parcialmente as Diretivas n.ºs 2011/61/UE, e 2013/14/UE, assegura a execução, na ordem jurídica interna, do Regulamento (UE) n.º 345/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de abril de 2013, e do Regulamento (UE) n.º 346/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de abril de 2013, e procede à revisão do regime aplicável ao exercício da atividade de investimento em capital de risco.

Resultante da reunião ocorrida na Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública a 10 de dezembro de 2014

1. Nota Introdutória

A Proposta de Lei (PPL) n.º 262/XII/4.ª (GOV), que deu entrada na Assembleia da República a 14 de novembro de 2014, foi aprovada, na generalidade, na sessão plenária de 26 de novembro.

A Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 150.º e seguintes do Regimento da Assembleia da República, procedeu à respetiva discussão e votação na especialidade.

As propostas de alteração à Proposta de Lei – apresentadas pelos Grupos Parlamentares de PSD/CDS-PP – deram entrada até 9 de dezembro, tendo a COFAP procedido à discussão e votação da iniciativa e respetivas propostas de alteração, na especialidade, na reunião da Comissão ocorrida a 10 de dezembro, tendo-se procedido à votação da iniciativa na especialidade, artigo a artigo.

Chama-se a atenção que, ao longo do articulado e do anexo à presente Proposta de Lei são efetuadas inúmeras referências a “Reg. PL 323/2014”, que se refere à Proposta de Lei n.º 260/XII/4.ª (GOV), em apreciação na Assembleia da República.

2. Resultados da Votação na Especialidade

Efetuada a votação dos artigos e propostas de alteração sobre ele incidentes, apresentadas pelos Grupos Parlamentares de PSD/CDS-PP, registaram-se os sentidos de voto que abaixo se apresentam:

- ✓ **Propostas de alteração apresentadas por PSD/CDS-PP:** aprovadas com os votos favoráveis de PSD, PS e CDS-PP e contra do PCP.
- ✓ **Restante articulado (e anexo):** aprovado com os votos favoráveis de PSD, PS e CDS-PP e contra do PCP.

Palácio de São Bento, 10 de dezembro de 2014.

O Presidente da Comissão,



(Eduardo Cabrita)